

A Práxis em Comunicação Popular da Frente Popular Pelos Direitos na Microrregião de Barbacena-MG¹

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos SANTOS²
Viviane Amélia Ribeiro CARDOSO³
Deomário Lauriano MACHADO⁴
Frente Popular pelos Direitos, Barbacena, MG

RESUMO

A Frente Popular pelos Direitos de Barbacena - MG parte de um esforço unitário entre sindicatos, movimentos e organizações da cidade e região. A partir da pandemia Covid-19 embarcamos em um trabalho de Campanha Permanente de Solidariedade, assim como a busca por uma comunicação popular visando a escuta e construção política. Neste artigo apresentamos e discutimos, a partir de bases teóricas críticas, a aplicação de dois questionários executados durante o mês de abril e julho com as famílias atendidas pela campanha. Buscamos compreender o que dizem sobre a disseminação do vírus COVID-19 e como é a presença dos meios de comunicação na pandemia para estas famílias. Os dados demonstram os desafios a serem enfrentados, como estratégias para ampliar a comunicação popular, o debate e a organização política.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação e cidadania; comunicação popular; hegemonia; solidariedade;

INTRODUÇÃO

Esse artigo consiste na sistematização da práxis em comunicação popular da Frente Popular pelos Direitos na microrregião de Barbacena-MG, visando uma pequena contribuição nesse campo. Partimos de uma perspectiva crítica, na qual considera-se que o processo de comunicação não pode ser neutro, ou seja, todo o processo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Professor da Educação Básica pelo Estado de Minas Gerais, Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena – MG; e-mail: luansigaud@gmail.com

³ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF), bolsista Capes, Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena – MG; e-mail: vivianearcardoso@gmail.com

⁴ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), bolsista Capes, Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena - MG; e-mail: deouemg@gmail.com

comunicativo - em graus muito variáveis e com certo nível de autonomia - vincula-se, necessariamente, à um processo de disputa política entre as classes sociais⁵.

Nesse sentido, esse artigo associa-se à uma perspectiva de comunicação popular articulada com sindicatos e movimentos sociais na microrregião de Barbacena, não corroboramos uma visão tecnicista da comunicação, em que a questão da comunicação seria apenas uma questão de aprendizagem técnica e de usos de equipamentos.

Para os movimentos populares, os recursos financeiros e estruturas são limitados - do ponto de vista da comunicação popular - o que podemos contar como potência comunicativa, advém da participação das pessoas e da sinergia de um processo de comunicação popular vinculado a um projeto popular⁶.

Essas concepções provém de uma teoria onde a comunicação não é pensada isolada da sociedade, e sim articulada a outros âmbitos sociais, para essa empreitada utilizamos as ideias de Paulo Freire (1921-1997) e do italiano Antonio Gramsci (1891-1937), autores reconhecidos pela suas contribuições nas áreas de educação e filosofia política respectivamente. Partimos da noção, como já referido, que a comunicação articula-se a vários outros âmbitos da sociedade. Um conceito que nos auxilia a pensar sobre essa articulação é o conceito gramsciano de hegemonia.

Uma grande contribuição de Gramsci, pois, é a hegemonia - junto com a coerção - que permite a direção e domínio de uma classe sobre toda sociedade, nesse sentido, o jornalismo e a comunicação localizam-se em um local estratégico na disputa pela hegemonia, pois: “Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. Assim as empresas **jornalísticas**, as organizações repressivas legais e ilegais ...” (GRAMSCI, 1999, p. 399, grifo nosso).

Na nossa perspectiva, a comunicação localiza-se em um lugar estratégico na disputa de hegemonia (construção de consenso) na sociedade, no entanto esse processo não é monolítico e possui brechas de atuação como nos aponta Dore e Souza (2018) citando Gramsci:

⁵ Não é o objetivo central desse artigo discutir as formas e a relações entre comunicação e as classes sociais e seu grau de autonomia para interessados na relação entre linguagem e ideologia indica-se a obra de BAKHTIN (1979); FAIRCLOUCH (2001).

⁶ Não é o intuito deste trabalho detalhar projeto popular para o Brasil, inclusive a proposta popular pretende ser do povo para o povo, não está formulada e pronta para entrega, cabe antes ressaltar, que o projeto popular é um projeto de sociedade onde o povo tome os rumos soberanos do nosso país, nesse sentido os movimentos populares organizados têm um papel destacado nesse processo.

“Evidentemente, o fato da hegemonia pressupõe que se leve em consideração os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio, ou seja, que o grupo hegemônico faça alguns sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas esses sacrifícios não podem tocar o essencial, uma vez que a hegemonia é política, mas também e especialmente, econômica, e tem a sua base material na função decisiva que o grupo dominante exercita sobre o núcleo decisivo da atividade econômica.” (GRAMSCI 1975, p. 461 *apud* DORE e SOUZA, 2018. p. 255)

Como citado por Dore e Souza (2018), o fato de uma classe possuir a hegemonia de determinada sociedade não significa que não exista disputa na sua construção, ou seja, mesmo uma classe possuindo o domínio econômico sobre os meios de comunicação, é possível disputá-la desde que nos atentemos ao processo pedagógico.

A comunicação possui uma dimensão pedagógica e de diálogo, desse modo, outra perspectiva que nos auxilia nesse trabalho é Paulo Freire. Para o autor o povo não é um simples receptor vazio da comunicação, no entendimento de comunicação com a qual trabalhamos, pressupõe o diálogo, pois, o método de Freire parte de uma perspectiva de diálogo e não a anti-dialógica, não traz a divisão, a manipulação, a invasão cultural e a conquista, é antes uma postura de co-elaboração, união e organização e a síntese cultural (FREIRE, 2005).

Inclusive, para melhorar essa relação de comunicação, esse trabalho insere-se como um exercício de sistematização da reflexão da nossa ação comunicativa, pois, como nos alerta Freire: “Educadores e grupos populares descobriram que educação popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância, refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios” (FREIRE, 2001, p. 07).

Nesse sentido, além do necessário processo de escuta da população é fundamental levarmos em conta a história de luta de um povo no território em que atuamos, pois como também nos orienta Freire: o povo não é uma conta em branco (FREIRE, 2005).

Com esse intuito, no próximo tópico apresentaremos uma pequena síntese do território em que atuamos, no qual o povo tem uma longa tradição de resistência na disputa de hegemonia.

Um pouco do Histórico de luta popular no território de Barbacena - MG

A microrregião região hoje denominada Barbacena é um território na serra da Mantiqueira com vasta história de lutas populares e disputa da hegemonia, desde eventos fartamente documentados como a inconfidência mineira (FURTADO, 2001) a revolução liberal (RESENDE, 2008)

No entanto, ao contrário desses episódios, a outras histórias das lutas populares na região precisam ser pesquisadas de maneira mais detalhada, não é objetivo deste artigo se aprofundar, nem preencher tal lacuna de pesquisa, todavia, para o nosso trabalho cabe relatar um pequeno panorama dessas lutas que já foram documentadas. Como por exemplo, a região foi ocupada anteriormente pelos índios Puris do tronco Tupi (IBGE, 2017) e que, com a descoberta do ouro na região das Minas, foi efetivamente colonizada.

Relevante consideramos que os índios Puris⁷ se articulam atualmente e reivindicam seu reconhecimento, até mesmo ocupando um prédio na cidade no ano de 2017 como demonstra a matéria do site G1 com a seguinte manchete: “Índios tentam ocupar prédio em Barbacena”⁸.

Outra importante luta popular na cidade que vem desde os tempos coloniais e perdura até os dias atuais é o quilombo de Candendê (SANTOS, 2019), no qual o referido quilombo nomeado atualmente de “Ponto Chique do Martelo”, fica entre os municípios de Barbacena e Padre Brito e teve a origem no século XIX com a chegada de um grupo que se estabeleceram na “grotta”.

As lutas populares na região também contaram com os trabalhadores rurais que através de seu sindicato tem uma importante trajetória de luta e resistência ao uso indiscriminado de agrotóxico e que o primeiro esforço do Sindicato Rurais (Sinter) foi conseguir em Barbacena - MG médicos que atestaram que os trabalhadores da empresa estavam contaminados por agrotóxicos (LOPES,2015).

Já em tempos recentes, no dia 19 de maio de 2018, 30 famílias do acampamento Gabriel Pimenta do MST, ocuparam uma área do Estado de Minas Gerais, localizada no município de Antônio Carlos - MG. O objetivo das famílias é a conquista de um pedaço

⁷ Os Índios Puris foram classificados como “selvagens”, nomeação proposta pelo viajante do início século XIX, Jean Baptiste Debret. Para mais informações sobre as comunidades indígenas e contato com os colonizadores, indica-se Almeida (2009).

⁸ Matéria disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2017/02/grupo-de-indios-ocupa-predio-em-barbacena.html> . Acesso em 05 ago 2021.

de terra e a luta pela Reforma Agrária. Interessante notar que nesse caso o próprio MST publicou uma matéria criticando a postura da imprensa local que denominava de “invasão” e relacionava a violência⁹.

É nesse contexto, reivindicando essa tradição de lutas populares que a Frente Popular pelos Direitos surge em 2017 a partir de um esforço unitário entre: sindicatos como o Sind-UTE, o Sinpro-MG, Sinasefe, Sindieletro mais recentemente o Sinter tem se somado às ações, além de movimentos sociais e partidos, que no contexto das lutas contra as reformas - da previdência e trabalhista - articulam ações em defesa dos direitos da população.

Destacamos nesses 04 anos de nossa história: nossas participações nos gritos dos excluídos de 2019 e 2020 (virtual), o tsunami da educação em 2019, o bloco de carnaval “Quem Luta Educa” em 2020, e desde o início da pandemia iniciamos a Campanha Permanente de Solidariedade, na qual já distribuimos mais de 21 toneladas de alimentos, além de distribuições de roupas. Essas são algumas das ações que compõem o nosso trabalho de solidariedade.

São com as premissas de diálogo e disputa de hegemonia que a Frente propôs a realização dessa pesquisa objetivando a melhoria da escuta e da práxis de comunicação popular.

METODOLOGIA

A Campanha de Solidariedade vem da nossa intenção de realizar um trabalho de base permanente para amenizar a difícil situação de insegurança alimentar - agravada pela pandemia - ao mesmo tempo provocar uma necessária politização das pessoas atendidas pela campanha, ou seja, visamos amenizar a questão da fome de algumas famílias e fazemos uma espécie de convite à organização política como descrito por Freire (2001; 2005). É durante as entregas que paramos para a escuta, distribuição de panfletos e conversas. Os locais de atendimento de nossa campanha se estende sobre a periferia de Barbacena - MG, o distrito de Pinheiro Grosso e o município vizinho de

⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sem Terra denunciam represália contra acampamento, em Minas Gerais. 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/06/10/sem-terra-denunciam-represalia-contra-acampamento-em-minas-gerais/> . Acesso em: 05 ago 2021.

Antônio Carlos – MG¹⁰. Nossa campanha vem tomando força e visibilidade e hoje somam-se mais de 60 famílias atendidas. Contamos com campanhas de doações mensais¹¹ para conseguir atender essas famílias já cadastradas e aquelas que nos procuram. Dessa forma, contamos com as redes sociais (*whatsapp, instagram e facebook*) para a divulgação mensal da campanha e prestação de contas, a fim de angariar apoio e doações.

Passado mais de um ano e meio de pandemia, ainda temos um quadro sanitário dramático. A falta de assistência política como o auxílio emergencial digno, tem intensificado o aumento de famílias em condições de pobreza e extrema pobreza, contamos também com um plano de vacinação de modo geral escasso. Além disso, as constantes desinformações, com o intuito de naturalizar a situação precária em que nos encontramos, têm dificultado campanhas sanitárias, como o uso de máscaras e a vacinação. Sabemos que o vírus não atinge a todos e todas de uma mesma forma, há indicativos de classe, gênero e cor sobre as pessoas mais afetadas pelo coronavírus no Brasil. Desse modo, passamos a nos questionar em como elaborar ações que convergem a Campanha de Solidariedade com a necessidade de informar/politizar sobre a pandemia. O que dizem as famílias atendidas pela nossa Campanha de Solidariedade sobre a disseminação do vírus COVID-19? Como é a presença dos meios de comunicação na pandemia para estas famílias e como construir um diálogo com as comunidades a partir da comunicação popular?

Objetivando responder essas perguntas propomos a aplicação de dois questionários com as famílias atendidas. O primeiro questionário, aplicado durante a distribuição e entregas de cestas básicas no mês de Abril de 2021, foi respondido por 49 pessoas e aplicado por oito militantes/equipes da Frente. As perguntas foram formuladas em quatro eixos principais: 1) auxílio emergencial 2) Uso de máscaras 3) Medidas preventivas 4) Vacinas.

¹⁰ Cada região foi selecionada de acordo com localidades não atendidas pelo poder público e outras entidades, buscando também lideranças nessas comunidades para a convergência de ações políticas e sociais conjuntas. O município de Antônio Carlos - MG fica a cerca de 18 km de Barbacena – MG e possui uma população estimada de 11.459 pessoas, enquanto Barbacena - MG e seus distritos possui uma população estimada de 138.204 pessoas. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

¹¹ Vale ressaltar que contamos com doações dos Sindicatos que compõem a Frente (Sind-Ute; Sinpro; Sindeleiro; Sinasefe), sendo a participação em Campanhas de Solidariedade como a nossa parte de uma orientação nacional das Centrais Únicas dos Trabalhadores (CUT) entre outros.

O segundo questionário foi aplicado durante a distribuição e entregas de cestas básicas no mês de Julho de 2021, sendo respondido por 38 pessoas e aplicado por 08 militantes/equipes da Frente. Neste segundo questionário procuramos compreender a percepção das famílias atendidas sobre os meios de comunicação e a confiabilidade dessas informações sobre a pandemia, assim como mensurar as questões de gênero, classe e cor; contaminação por Covid-19; acessibilidade aos testes e cobertura de vacinação. Portanto, as perguntas foram formadas entre os eixos: 1) Classe; gênero e cor 2) Meios de Comunicação que se informa e que considera confiáveis 3) Vacinação: 1º e 2º dose 4) Contaminação por Covid-19 e acesso a testes.

Análise dos dados: diálogos com as comunidades sobre a pandemia

No nosso primeiro questionário, aplicado no mês de Abril durante as entregas das cestas básicas, conversamos com 49 pessoas e tivemos o seguinte resultado: 55% delas disseram ter tido acesso ao auxílio emergencial, enquanto 45% não tiveram acesso ao auxílio. Neste quesito seria importante observarmos quais seriam as dificuldades encontradas pelas famílias para obter o acesso ao auxílio emergencial.

A fim de dialogar sobre informações relacionadas a pandemia, perguntamos quanto ao conhecimento, riscos e formas de prevenção contra o COVID-19 e avaliamos, de acordo com as respostas obtidas, que 57,2% das pessoas consideram ter entre um bom conhecimento e um conhecimento razoável, enquanto 38,8% responderam ter pouco conhecimento sobre; e 4% não souberam mensurar ao certo.

A partir dessas respostas procuramos perceber o que de fato as pessoas conseguiam/estariam considerando e fazendo para manter as medidas de proteção contra o Covid-19. Assim, perguntamos primeiramente, sobre um indicador de nível de risco de contrair o coronavírus: 39,6% das pessoas entrevistadas disseram considerar estar em um nível alto de contrair o vírus, 27,1% um nível médio e 8,3% um nível muito alto, a soma dessas porcentagens entre o nível muito alto a médio representa 75% das respostas obtidas. Enquanto 25% indicaram um nível de baixo a muito baixo.

Quando perguntamos sobre ações que, de alguma forma, estariam tomando para proteger-se do coronavírus, todas as pessoas indicaram o uso de máscaras, vale ressaltar que das 49 pessoas entrevistadas, apenas 02 pessoas afirmaram conhecer outras máscaras

como mais indicadas de proteção, como a cirúrgica e a PFF2¹². Em uma próxima pergunta, sobre a percepção da efetividade das medidas de proteção salientadas anteriormente, focamos sobre o uso de máscaras, 75,5% afirmaram considerar que sim, a máscara ajuda muito a reduzir a disseminação do coronavírus. Enquanto obtivemos 12,2% das respostas que consideram ajudar pouco e 12,3% responderam que não tem certeza ou que as máscaras não produzem efeito algum.

Assim, procuramos identificar por essas respostas, a presença dos discursos que circulam na pandemia entre essas famílias, principalmente a um viés de desqualificar o uso de máscaras e as vacinas.

Sobre as vacinas, perguntamos se as pessoas já tinham tomado ou se iriam tomar. Das respostas 90% responderam que sim, enquanto 10% afirmaram que não, ou que dependeria da vacina. Para aqueles/as que responderam que não ou que dependeria da vacina as justificativas foram sobre: medo de agulha, questão religiosa e por acreditar que a vacina foi feita pela "China" onde "o vírus foi criado"¹³.

Foi após a aplicação e análise dos dados desse primeiro questionário que passamos a organizar pela Frente Popular pelos Direitos de Barbacena - MG, um grupo de estudos a fim de compreender essas respostas, dialogar entre nós e procurar entender nossos próximos passos e caminhos. Durante os encontros, utilizamos de textos e análises de dados como o artigo de Rigaud, Verthein e Amparo-Santos (2021) sobre fome e a pandemia Covid-19 com uma análise crítica da mídia. O Artigo de Gomes e Coutinho (2020) em relação ao jornalismo positivo e as campanhas de solidariedade na televisão. E o estudo de Marino *et al.* (2021), do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Labcidade)¹⁴ da Universidade de São Paulo (USP), sobre os mapas de prioridade na vacinação e negligência em áreas periféricas da cidade de São Paulo - SP.

Nesse sentido, organizamos um novo formulário para buscar respostas sobre quais são os meios de comunicação utilizados por essas famílias, assim como o grau de confiabilidade depositado nos mesmos. Procuramos mensurar também as questões de

¹² Durante nossas reuniões, identificamos que a distribuição de máscaras mais indicadas, como a PFF2, gerou confusões quanto ao seu uso, como se a de tecido não pudesse mais ser considerada, apesar de afirmarmos a importância de máscaras PFF2, principalmente para trabalhadores/as e em lugares fechados, também refletimos nas circunstâncias e possibilidade das famílias mantê-las em conformidade de uso, assim como a troca frequente da mesma.

¹³ Essas respostas nos chamaram a atenção para entender os meios de comunicação utilizados por essas famílias, assim como o uso e predomínio de questões religiosa/política para sustentar um movimento “antivacina”.

¹⁴ Laboratório de pesquisa e extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: <http://www.labcidade.fau.usp.br/entenda-o-labcidade/>.

gênero, classe e cor, assim como a cobertura da vacinação, contaminação por covid-19 e acesso a testes.

A presença dos meios de comunicação na pandemia e os diálogos com as comunidades

Durante as entregas das cestas básicas no mês de julho de 2021 realizamos um novo questionário que contou, desta vez, com 38 participantes entre as famílias atendidas neste mês¹⁵. Dessa forma, procuramos mensurar: 1) Classe; gênero e cor 2) Meios de Comunicação que se informa e que considera confiáveis 3) Vacinação: 1º e 2º dose 4) Contaminação por Covid-19 e acesso a testes.

É importante ressaltar que grande parte nossa campanha atende e é recebida por mulheres, sendo que neste questionário, 94,7% responderam considerar-se do gênero feminino e 5,3% do gênero masculino. Baseado no IBGE sobre declaração de raça/etnia, 42,1% das pessoas consideram-se pardas, enquanto 23,7% negras. As que se consideram brancas somam-se 28,9% e 5,3% consideram-se amarelas.

Ao conversarmos sobre a renda familiar¹⁶, assunto bem delicado para muitos, onde ouvimos relatos de perda do emprego fixo e desemprego, a maioria das famílias afirmam receber o bolsa família ou possuir outras rendas, a partir de trabalhos autônomos, mas nenhuma delas ultrapassam o valor de um salário mínimo mensal. Ao perguntarmos sobre a questão da insegurança alimentar, ou seja, se as famílias teriam deixado de pagar ou usufruir de algo para comprar alimentos, 55,3% afirmaram que sim, deixaram em grande parte de pagar a conta de luz e água, seguida da conta de telefone/ internet.

No segundo eixo do nosso questionário, procuramos saber sobre os meios de comunicação indicados como usualmente utilizados para se informar sobre a pandemia, assim como os considerados mais confiáveis, onde a pessoa entrevistada poderia indicar

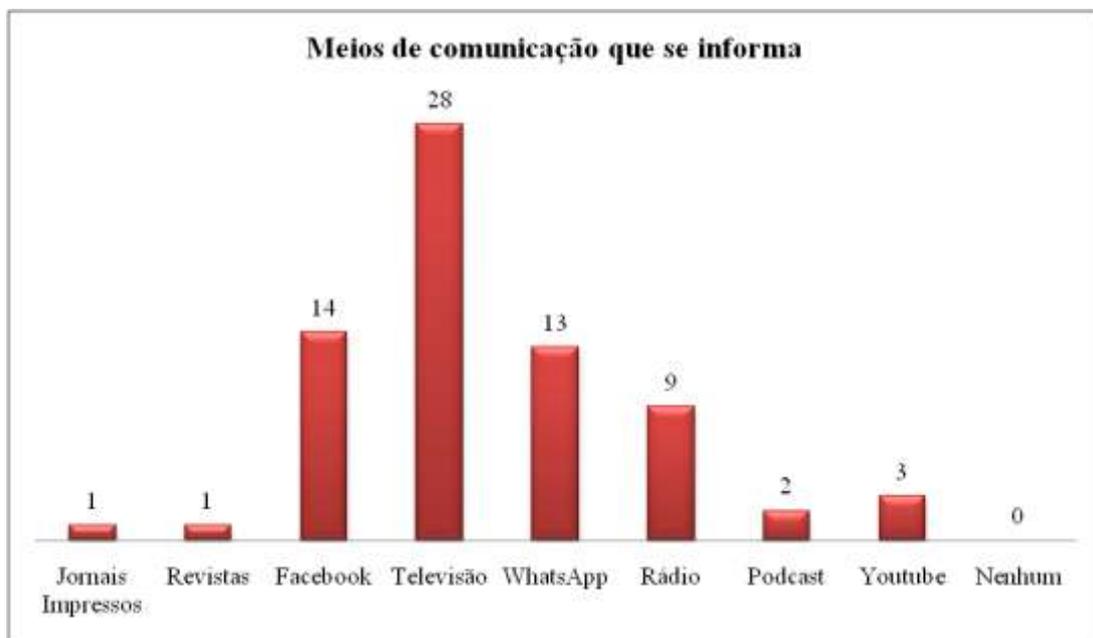
¹⁵ Cabe ressaltar que o cadastro mensal de famílias atendidas é dinâmico, possui uma certa perenidade, mas pode aumentar ou diminuir, de acordo com as doações mensais recebidas e as necessidades das famílias. Portanto, o segundo questionário pode ter sido respondido por algumas famílias diferentes do primeiro, no entanto, compõem o mesmo âmbito de famílias atendidas.

¹⁶ Ressaltamos a dificuldade de aplicação sobre esta pergunta que envolve tanto entendimento e o receio das famílias, como se houvesse uma resposta errada que os fizessem não receber a cesta, assim como questões pessoais delicadas que passam a ser “desabafadas”, questões que ainda não temos condições de atender, como um auxílio jurídico e psicológico. Outro debate que, internamente nos deparamos, estaria sobre as categorias de renda utilizadas pelo IBGE e classe social.

mais de uma opção. Sendo assim, utilizaremos a quantidade de marcações, ao invés de porcentagens, para mensurar as respostas encontradas.

Sobre os meios de comunicação mais utilizados, foram contabilizados 28 marcações para a televisão; seguido de *facebook* (14) e *whatsapp* (13). O rádio aparece como quarta indicação, com 09 marcações; logo, 03 marcações para o *youtube*; 02 para o *podcast*; 01 para revista e; 01 para o jornal impresso. Para melhor visualização apresentamos o gráfico a seguir:

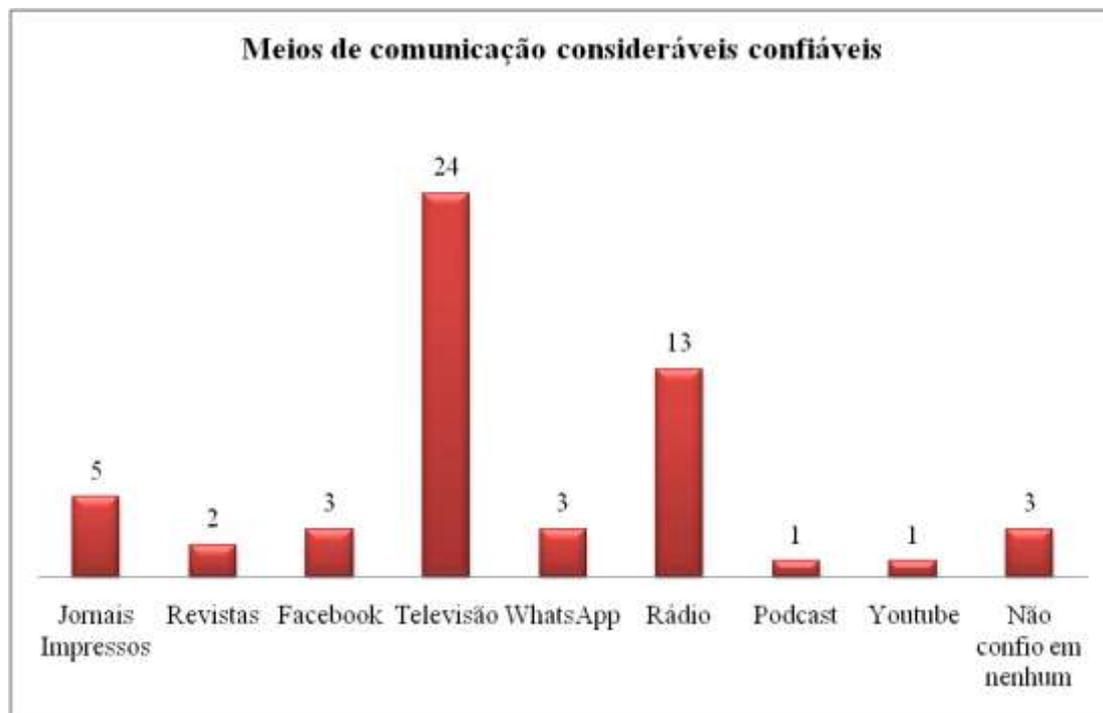
Gráfico 1 - Respostas obtidas sobre os meios de comunicação que as famílias entrevistadas da Campanha de Solidariedade se informam



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Logo, questionamos sobre quais os meios de comunicação acima, as mesmas pessoas entrevistadas, consideravam mais confiáveis para obter informações sobre a pandemia, podendo marcar mais de uma opção. Das respostas, a televisão mantém sua média com 24 marcações, enquanto o *facebook* e o *whatsApp* apresentam apenas 03 marcações cada; logo o rádio desponta com 13 indicações; o jornal impresso com 05; as revistas com 02 marcações e o; *podcast* e *youtube* com 01 marcação cada. Interessante notar que ocorreram 03 marcações em “não confiar em nenhuma das alternativas”. As respostas são apresentadas no gráfico a seguir para melhor visualização:

Gráfico 2 - Respostas obtidas sobre os meios de comunicação que as famílias entrevistadas da Campanha de Solidariedade consideram mais confiáveis



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Ressaltamos, como exposto por Rigaud, Verthein e Amparo-Santos (2021), como as mídias hegemônicas estão sobre estruturas de poder que passam a produzir discursos e reproduzir os estigmas presentes no imaginário da sociedade, e nesse sentido as campanhas de solidariedade estiveram muito presente nos meios de comunicação, como a televisão, relegando a fome apenas a um lugar de causalidade e consequência da crise sanitária e não como estrutural do sistema que se agrava nesta situação de pandemia. Assim, muitas narrativas são expostas a um viés do jornalismo positivo como apresentado por Gomes e Coutinho (2020), além da lógica privada a partir de campanhas como a Solidariedade S/A, uma individualização da problemática e romantização sobre os sujeitos.

Marino *et al.* (2021) reforça que as narrativas sobre os bairros periféricos, apontados por existirem a precariedade da moradia, foi amplamente estigmatizada pelo governo, imprensa e organizações da sociedade civil como áreas de potencial contágio mas tendo em vista a justificativa destas áreas para sustentar teorias como a "imunidade de rebanho". Segundo os autores, esta leitura "reconhece a desigualdade, embora de

forma estigmatizada e simplista" (id., 2021), já que não foram implantadas estratégias territorializadas para conter a disseminação da doença nesses locais, o que inclui grande parte dos trabalhadores/as que não tiveram o direito de manter-se seguros durante a pandemia.

Sobre a cobertura de vacinação, das famílias atendidas e entrevistadas durante a entrega das cestas do mês de julho, 73,7% responderam que não haviam se vacinado, enquanto 26,3% já haviam se vacinado. Das pessoas que se vacinaram, metade estava com a primeira dose e a outra metade com as duas doses, ou seja, das 38 pessoas, apenas 05 haviam se vacinado com as duas doses.

Esses resultados nos levaram a questionar a concentração do impacto do Covid-19 sobre os territórios periféricos, como as regiões atendidas pela Campanha de Solidariedade, tendo em vista o estudo de Marino *et al.* (2021), seria esse um padrão de precarização para conter a crise sanitária? Como estaria a cobertura da vacina, a partir dos órgãos públicos nessas regiões? Como está sendo feita a campanha de vacinação nessas áreas? Assim como, qual seria a resistência/dificuldade encontrada por essas pessoas por não conseguirem se vacinar, mesmo que sua idade já estivesse prevista no calendário do município?

As pessoas entrevistadas também foram perguntadas se haviam tido Covid-19: 86,8% afirmaram que não tiveram, enquanto 7,9% não souberam responder e 5,3% afirmaram que tiveram Covid-19.

Porém, é interessante ressaltar que, das 38 pessoas entrevistadas 81,6% não fizeram nenhum teste para saber se tiveram ou não Covid-19, enquanto 18,4% fizeram o teste. Das que fizeram o teste, 85,7% conseguiram pelo SUS, no posto de saúde, e 14,3% no teste pago em farmácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura política de desmontes, principalmente no campo trabalhista, incute em si a retirada de uma série de direitos sociais, trazendo dessa forma um processo de precarização, que aumenta o desemprego e a informalidade, sendo essa, a realidade de milhões de brasileiros que necessitam de auxílio, o que não é diferente com as pessoas atendidas pela campanha de solidariedade.

Além disso, nosso cenário atual nos coloca diante da hegemonia de uma grande mídia tradicional, que flerta com a concepção de “novo normal”, retirando do Estado as responsabilidades, transferindo-as unicamente ao indivíduo, culpabilizando-o frente a sua própria incapacidade de reação, o que termina por rebaixar o horizonte social e nos dirige a naturalizar a absurda situação a qual nos encontramos. Cabe aqui a observação de que a maioria das pessoas diz acreditar e confiar nas informações provenientes desses aparelhos de mídia.

Desse modo, se faz urgente um processo de comunicação que seja capaz de dialogar, de debater com a sociedade, ampliando o conhecimento, a expectativa, buscando com isso, ampliar o nível do debate político, ampliando também a pressão e cobrança junto ao poder público em prol da construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Em tempos em que as políticas públicas tem se mostrado insuficientes, a Frente Popular Pelos Direitos se pretende como uma ferramenta a serviço da disputa de hegemonia nos processos de comunicação, buscando o diálogo e a interação com as famílias e as comunidades atendidas, na busca da reflexão que se une a práxis, para a melhoria das condições de vida.

Entendemos assim, a comunicação como estratégia central para o surgimento de um campo político sob a perspectiva popular, sendo necessária a construção de comitês, associações regionais, frentes de mobilização que sejam capazes de organizar as suas demandas, tecer as suas proposições acerca de políticas públicas, e a mobilização em torno delas para que sejam atendidas. Levando em consideração um elevado percentual de mulheres que se apresentam como chefes de família (dados da pesquisa), o ativismo feminino é um importante processo de organização a ser considerado.

Ressaltamos os nossos agradecimentos aos sindicatos, mandatos, partidos, organizações, sociedade civil e todos os demais militantes da Frente Popular Pelos Direitos, que se somam neste importante trabalho de informar, conscientizar e politizar as pessoas, pois entendemos que o problema da fome é sim uma questão política, alheio a pandemia , mas que fica evidenciado por ela. Agradecemos imensamente a toda a cidade de Barbacena e região cujas doações propiciam que continuemos a trazer algum

alento a essas famílias em situação precária nesse momento, e reafirmamos o nosso compromisso com a vida do povo, com a liberdade e com a democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. **Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens**. Revista Varia História. vol.25 nº.41 Belo Horizonte. UFMG, Jan./Junho – 2009

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

DORE, Rosemary. SOUZA, Herbert Glauco de. **Gramsci Nunca Mencionou o Conceito de Contra-hegemonia** in: Cad. Pesq., São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2ªEd. Brasília: Editora UnB, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, J. P. **Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade** in: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 343-363. 2001

GOMES, R. G. C.; COUTINHO, I. M. S. "Corrente do Bem": a narrativa como estratégia de implementação do jornalismo positivo no rj1. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO - 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Virtual. **Anais [...]** . IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior: Intercom, 2020. p. 01-10. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/lista_area_IJ-DT1.htm . Acesso em: 15 jul. 2021.

GRAMSCI, A. **Os Cadernos do Cárcere. v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIGUORI, G. VOZA, P. (orgs). **Dicionário Gramsciano (1891-1937)** São Paulo. Boitempo. 2017.

LOPES, H. R. **Agrotóxicos no cotidiano dos agricultores familiares produtores de olerícolas na região de Barbacena/MG**: práticas, legitimação e incertezas. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2015.

MARINO, A. *et al.* **Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo.** 2021. Estudo elaborado pelo Labcidade USP. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RESENDE, E. M. **ECOS DO LIBERALISMO:** ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

RIGAUD, J. P. O.; VERTHEIN, U. P.; AMPARO-SANTOS, L. Fome em tempos de pandemia de COVID-19: uma análise crítica aos sentidos (re)produzidos pela mídia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 01-13, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8662059> . Acesso em: 08 jul. 2021.

SANTO, R. **Candendê – Sítio Dos Crioulos:** a terra é meu quilombo (Barbacena- séc. XIX e XX) artigo publicado nos anais da ANPUh. Recife. 2019.